



# **Superar o Custo Brasil: Agenda Urgente para Reindustrializar o País**

**Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP**  
**Rafael Cervone**  
**Presidente do CIESP**

Junho de 2025

## Superar o Custo Brasil: Agenda Urgente para Reindustrializar o País

### Introdução

O **Custo Brasil** – que inclui tributação alta, juros elevados, energia cara e deficiências logísticas – causa um diferencial de preços de **24,1% mais em relação aos nossos principais parceiros comerciais** (2008–2022), reduzindo nossa competitividade.

Esse **sobrecusto** compromete a competitividade da indústria nacional e contribui para a **desindustrialização**:

- Entre 1985 e 2024, a participação da Indústria de Transformação no PIB encolheu 34%, passando de 21,8% para apenas 14,4%.

---

### 1. Tributação

Parte significativa do Custo Brasil, responsável por **12,2% do diferencial de preços**, tem como causas a **elevada tributação** sobre a produção, os **tributos irrecuperáveis** e a complexa **burocracia tributária**.

- A **carga tributária brasileira** de **32,5% do PIB**, na média de 2008 a 2022, está **acima da carga tributária** média dos **principais parceiros comerciais** do país de **26,5%**.
- Os **tributos irrecuperáveis** geram um **efeito cascata na cadeia produtiva da indústria**, elevando artificialmente os custos de produção e comprometendo a competitividade dos produtos nacionais.
- A **burocracia tributária** consome **0,72% do faturamento da indústria** de transformação e demanda **474 horas por ano com obrigações tributárias**, segundo a Receita Federal do Brasil — quase o **dobro da média dos principais parceiros** comerciais, que é de 225 horas. A **meta da Reforma Tributária** é reduzir esse tempo para **240 horas**.

### Reforma do Sistema Tributário:

- Mesmo com a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, importantes Leis e Regulamentações ainda estão pendentes, tais como:

- **Alíquotas da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo:** necessidade de monitoramento para que não resulte em aumento da carga tributária global
- **Data de recolhimento dos tributos:** estabelecer prazo que evite pressão sobre o fluxo de caixa das empresas.
- Monitoramento do **risco de reintrodução da Substituição Tributária.**
- **Regras para compensação do crédito acumulado** de ICMS

#### **Pontos críticos a serem considerados:**

Em relação às alterações propostas no **Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)** e no **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)**, é fundamental promover ajustes e unificar os projetos em discussão, assegurando uma reforma estrutural equilibrada e que não onere ainda mais a produção nacional.

- **Minirreforma do IRPF:**

- A redução da tributação sobre a **baixa renda** é um avanço social necessário, mas **não pode ser compensada com aumento de impostos sobre as empresas**, sob o risco de prejudicar a competitividade e o investimento produtivo.

- **Tributação de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e CSLL:**

- A possível **elevação da alíquota do JCP** e da **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**, bem como a **restrição à dedutibilidade do lucro líquido** para cálculo do IRPJ, são medidas preocupantes.

---

## **2. Juros**

**Encarecem em 5,6% o preço do produto industrial em relação aos países parceiros**

- Entre 2008 e 2022, a **taxa Selic real** (descontada da inflação) foi de **3,3% ao ano**, enquanto a média dos parceiros foi de **-0,3% ao ano**.
- Atualmente, o país ocupa a terceira posição com os juros reais mais altos do mundo, atrás da Turquia e da Rússia, que está em Guerra.
- Juros elevados **desestimulam o investimento produtivo** e favorecem o rentismo.
- O **spread bancário brasileiro** é cerca de **9 vezes maior** que o spread médio dos países que calculam de modo similar ao Brasil.
- A **combinação de juros altos e spreads bancários** elevados está **pressionando o endividamento de famílias e empresas**, com reflexos negativos na economia.
- O **endividamento das famílias** em relação à renda acumulada atingiu **48,6%** em março de 2025. Está 9 p.p. acima dos **39,6% de março de 2019**, período anterior à pandemia de Covid-19.
- O **total de dívidas negativadas das empresas** cresceu **27%** em um ano (março/2024 a março/2025), chegando a **R\$ 170 bilhões**.
- Se mantidos os **juros elevados** e o **aumento da carga tributária**, a produção industrial e o consumo das famílias serão ainda mais penalizados, agravando o cenário econômico.
- É fundamental **promover a redução sustentável da taxa Selic**, o que depende diretamente do **reequilíbrio fiscal**, que deve ser alcançado por meio da **redução das despesas públicas, sem aumento da carga tributária**.
- Ao contrário da **MP nº 1.303/2025**, que reforça uma estratégia de **ajuste fiscal** centrada no **aumento da arrecadação ao tributar instrumentos importantes para a economia, como LCI, CRI, LCA, CRA, CPR, LIG e LCD**, além do aumento da tributação sobre os **Juros sobre Capital Próprio (JCP)**. Embora tenha o mérito de elevar o controle sobre a **tributação de apostas eletrônicas (bets)**,
- Essas medidas **desestimulam a poupança interna e encarecem o crédito** para investimentos produtivos em setores estratégicos, **agravando o problema estrutural dos juros altos no Brasil**.

- Essa abordagem **acentua o Custo Brasil**, penalizando os setores produtivos e os consumidores, **em vez de atacar a raiz do desequilíbrio fiscal: os gastos públicos ineficientes.**

#### **Propostas Fiscais:**

- **Revisar regras do arcabouço fiscal** visando equilíbrio fiscal duradouro
- **Modificar regras para piso em saúde e educação**, hoje vinculados à receita
- **Auditar** detalhadamente todos os **benefícios sociais e da Previdência**
- **Revisar regras previdenciárias**, por exemplo instituindo aumento automático de idade mínima e do tempo de contribuição conforme aumento da expectativa de vida.
- **Fim dos supersalários**, com auditoria dos salários do funcionalismo público, regras de promoção, regras de Previdência do setor público, em todos os poderes e nas Forças Armadas, impondo cumprimento do teto salarial constitucional
- **Realizar a Reforma Administrativa**, incluindo digitalização intensiva e utilização de IA: reformular carreiras, cargos e salários e reduzir a contratação de servidores.
- Propor PECs que estabeleçam um **teto para as emendas parlamentares** e eliminem o caráter impositivo dessas emendas.
- **Revisar complementação do Fundeb**, atrelando aumento de recursos a métricas de desempenho da Educação

**Proposta de Política Monetária:** aperfeiçoar mecanismos e o regime de metas de inflação

**Proposta de Redução dos Spreads Bancários:** Adotar medidas para diminuir o spread bancário, por meio do **aumento da concorrência**, com medidas que contribuam para a **desverticalização do sistema financeiro** e do **fortalecimento de mecanismos de garantias.**

---

### **3. Logística e Infraestrutura**

## Encarece em 3,6% o preço do produto industrial em relação aos países parceiros

- As deficiências logísticas aumentam o custo do transporte e reduzem a confiabilidade das cadeias produtivas.

### Propostas:

- Aprimorar a regulação para aumentar investimentos em transporte ferroviário e navegação de cabotagem.
- Ampliar concessões rodoviárias, com metas de conservação e tarifas competitivas.
- Implantar o modelo de cobrança por distância percorrida (*free flow*), com redução proporcional de tarifas.
- **Nova Lei dos Portos (PL 733/2025):** A revisão da Lei dos Portos é necessária, mas substituir integralmente a Lei nº 12.815/2013, que ainda é recente e trouxe avanços relevantes, não é o caminho mais adequado. O CIESP e a FIESP recomendam promover ajustes pontuais na legislação atual. O texto do novo marco precisa ser amplamente debatido com os stakeholders e ajustado para garantir segurança jurídica e previsibilidade.
- **Santos Tecom 10:** O Porto de Santos se aproxima do limite de sua capacidade para a movimentação eficiente de contêineres, tornando imprescindível a implantação de um novo terminal. A medida ampliará a oferta logística, aumentará a competitividade e contribuirá para a redução de custos no transporte. O processo de licitação deve ser competitivo e transparente, aberto a todos os interessados, inclusive aos operadores que já atuam no porto, desde que haja regras claras para prevenir concentração de mercado, assegurando equilíbrio, eficiência e estímulo a novos investimentos na infraestrutura portuária.
- **Universalização do saneamento:** A universalização do saneamento é essencial para garantir dignidade, saúde e qualidade de vida à população. O novo marco legal do setor estabeleceu a meta de atendimento pleno até 2033, mas já existem propostas para adiá-la para 2040. Saneamento é um direito fundamental. Por isso, postergar essa meta, sem esforço

concreto ou comprometimento efetivo dos responsáveis, prejudica milhões de brasileiros e compromete a credibilidade do país perante a sociedade e a comunidade internacional.

---

#### **4. Energia e Matérias-Primas**

##### **Encarecem em 1,3% o preço do produto industrial em relação aos países parceiros**

- Apesar da abundância de recursos naturais, os preços da **energia elétrica** e do **gás natural** no Brasil estão **acima da média internacional**, impactando negativamente a competitividade industrial.

##### **Propostas:**

- **Reforma do setor elétrico:** A MP 1.300/2025, que trata da reforma do setor elétrico, busca promover justiça social e algumas melhorias necessárias, como a abertura do mercado livre e a eliminação de benefícios assimétricos. No entanto, não enfrenta os problemas estruturais do Sistema Elétrico Brasileiro, especialmente o crescimento descontrolado de subsídios, que encarecem a tarifa, afetam a competitividade da indústria e comprometem a sustentabilidade do modelo. É necessária uma reforma efetiva, construída com base técnica, diálogo com os agentes do setor e foco na eficiência econômica.
- **ENEL:** Em 2019 a Enel comprou a concessão da RMSP. Desde então a estrutura de serviço foi desmantelada, empregados diretos e terceiros demitidos e a qualidade do atendimento se mantém muito abaixo de qualquer nível aceitável.
  - A empresa cortou custos e sacrificou a qualidade do atendimento para recuperar o investimento. Não é possível aceitarmos a renovação por mais 30 anos dessa concessão. Por incrível que possa parecer, mesmo deixando usuários semanas sem energia, Enel cumpriu os parâmetros da Concessão. Precisamos de um novo operador que esteja comprometido com a qualidade do atendimento.

- Além de vetar a renovação, a regulação deve evitar que o comportamento oportunista da Enel seja repetido por outros concessionários. É necessário elevar o padrão de indicadores, para garantir qualidade do serviço prestado pelos concessionários de distribuição de energia elétrica.
  - **Gás para Empregar:** A continuidade das reformas no mercado de gás é essencial para viabilizar a reindustrialização do Brasil. Sem preços competitivos, setores estratégicos perdem fôlego. O programa já gerou avanços, mas ainda é preciso ampliar a oferta e remover gargalos estruturais para garantir previsibilidade, atrair investimentos e devolver competitividade à indústria nacional.
  - **Data centers:** Data centers são essenciais para o Brasil e o mundo, apoiando desde a armazenagem de dados e a computação em nuvem até a inteligência artificial. O país oferece vantagens competitivas singulares para a instalação de data centers, como abundância de energia renovável e infraestrutura robusta. No entanto, os incentivos ao setor devem evitar subsídios cruzados na energia elétrica, especialmente enquanto o país registra uma das tarifas de energia mais altas do mundo, pois isso distorceria o mercado, ampliando o custo da energia para
- 

## 5. Comércio Externo:

- O Brasil foi um dos primeiros países a abrir diálogo com o governo Trump. Acreditamos que este deva ser a estratégia para as próximas etapas, a **via da negociação**.
- As sobretaxas impostas pelos EUA contra terceiros mercados podem levar ao redirecionamento das mercadorias a países como o Brasil.
- O Brasil dispõe de ferramentas para lidar com as situações em que esse desvio for acentuado e predatório, com aumento súbito das importações brasileiras. **No entanto, é preciso que estejam em pleno funcionamento:**

### 5.1 Defesa Comercial: medidas antidumping, especialmente.

- Desde 2023, há um aumento expressivo do número de petições de defesa comercial recebidas pelo Departamento de Defesa

Comercial (Decom). Somente em 2024, a pasta recebeu 106 petições.

- Atualmente, há 80 investigações em curso. Somam-se a isso a longa duração dos processos e a complexidade das análises (que podem envolver verificações *in loco* no exterior).
- **Esse cenário exige a urgente ampliação do quadro técnico responsável pelo tema, além da necessidade de ferramenta de IA para agilizar a análise dos pleitos.**

## 5.2 Elevação da Alíquota do Imposto de Importação

- Alguns setores têm sido alvo de aumento substancial e abrupto das importações, o que demanda uma atenção redobrada do Governo Federal. Isso inclui tanto as listas de exceção à TEC, **como a aceleração do ritmo de recomposição tarifária, no caso do setor automotivo.**

## 5.3 Licenciamento não automático (LNA)

- O licenciamento não automático visa coibir, em fase que antecede o despacho aduaneiro, as importações com suspeita de fraude.
- Apesar da sua importância, observa-se uma elevada morosidade na análise de pleitos relacionados ao uso do LNA e implementação de medidas de controle contra fraudes (seis meses, em certos casos).
- **É urgente reforçar o contingente de técnicos no Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex)/MDIC e dar mais agilidade na avaliação dos pleitos apresentados pelo setor privado.**

## 5.4 Base de dados da Receita Federal (Siscori)

- Em dezembro de 2021, a **Receita Federal interrompeu** a divulgação de **dados detalhados** de comércio exterior no âmbito do **Siscori**. A suspensão foi motivada pelo risco de reidentificação de operadores.
- Esses dados granulares eram utilizados pelo setor privado na **identificação de indícios de fraudes nas operações de importação** e para a **apresentação de denúncias de subfaturamento, falsa classificação fiscal**, dentre outras.

- Desenvolvemos **solução informatizada de anonimização de informações sensíveis**, por meio de inteligência artificial.
- Em janeiro de 2025, assinamos um **Acordo de Cooperação Técnica entre a FIESP/SENAI-SP e Receita Federal** para aplicação da solução de IA e garantir a anonimização dos dados.
- **Apesar da assinatura do acordo** e mesmo com muitas gestões da Fiesp, **a Receita Federal não compartilhou com a FIESP e o SENAI-SP os dados (previstos no acordo)** necessários ao aperfeiçoamento da ferramenta de anonimização de dados sensíveis. Com isso, seguimos sem os dados.

### 5.5 Acordos comerciais extrarregionais.

- A retomada das negociações com o México, Canadá e Emirados Árabes, além da conclusão do Acordo com o EFTA e a ratificação com a União Europeia, ganha importância no atual contexto.
- Obs.: o CIESP e a FIESP desenvolveram uma ferramenta de inteligência de dados, o “Painel Sobretaxas Estados Unidos”, que permite identificar potenciais surtos de importações no mercado brasileiro, além das informações relacionadas às sobretaxas adotadas pela gestão do governo Trump.

## 6. Plataformas Digitais:

**Concorrência desleal:** as vendas de produtos importados pelas plataformas de comércio eletrônico permanecem com tributação favorecida. As alterações promovidas em 2024 ficaram abaixo do necessário para estabelecer a **equidade tributária com o produto nacional**. O Ciesp atuou ativamente nesse pleito e **reitera a necessidade de restabelecer a alíquota de 60% nessas importações, conforme originalmente determinado em Lei**.

Contexto:

- entre dezembro/23 e julho/24, **período de isenção dessas importações** (por meio do Programa Remessa Conforme), o valor mensal das suas vendas passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,6 bilhão, **crescimento de 60%**.
- em agosto/24, após as alterações, o valor retornou para o patamar de R\$ 1 bilhão/mês, mantendo-se nesse nível até fevereiro/25, dado mais recente disponível.

- Embora tenha retornado ao nível anterior, o valor atual dessas importações é equivalente a 20% do valor mensal do comércio eletrônico nacional, considerando apenas produtos da moda, brinquedos, jogos e pequenas utilidades domésticas
- Regra atual (relembrando):
  - Produtos até 50 dólares: imposto de importação de 20% + ICMS de 17% a 20%
  - Produtos acima de 50 dólares e até 3000 dólares: imposto de importação de 60% com desconto de 20 dólares no imposto a recolher + ICMS de 17% a 20%

## 7. Pirataria

Além de todos esses fatores que afetam a competitividade da indústria brasileira, ainda há o **comércio ilegal de produtos**:

- Prejuízos ao país da ordem **R\$ 520 bilhões (5% do PIB)**:
  - **Perda fiscal**: Evasão tributária e sonegação, caso combatidos, podem melhorar o resultado fiscal.
  - **Concorrência desleal**: Produtos ilegais **prejudicam empresas formais e empregos**.
  - **Desestímulo à inovação**: Falta de proteção à propriedade intelectual desincentiva P&D.
- Dentre os principais setores afetados, destacam-se: vestuário, combustíveis, alimentos, bebidas, energia e defensivos agrícolas.

---

## 8. Comparativo com o México

Enquanto a China consolida sua liderança industrial global, o Brasil perde competitividade até mesmo para economias em desenvolvimento como o México – hoje à frente em indicadores cruciais de produção, produtividade e atratividade para investimentos industriais.

- **Participação da indústria no PIB (2023)**: Brasil 15,2% / México 20,3%.

- **Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação** (medida em Valor Adicionado por Pessoa Ocupada em PPC):
  - Em **2003**, a **produtividade do trabalho na indústria brasileira** correspondia a **70% da produtividade da indústria mexicana**.
  - Em **2021**, essa proporção **caiu para 50%**: US\$ 39,7 mil no Brasil, contra US\$ 79,4 mil no México.
- A queda da produtividade do trabalho na indústria brasileira está ligada à **regressão na intensidade tecnológica do setor**, resultado dos entraves do Custo Brasil, como o **custo elevado de capital** e **juros reais altos**, que **desestimulam investimentos em inovação**.
- Como consequência, o Brasil **regrediu na produção de bens industriais de alta tecnologia**, com empresas migrando para atividades menos sofisticadas. Isso **comprometeu o avanço da produtividade** e **aprofundou o processo de desindustrialização**.

---

A indústria conta com o apoio do Governo Federal para avançar nas reformas estruturais que permitam transformar o Brasil em uma nação mais produtiva, inovadora e competitiva.

**Somente com uma base industrial forte e competitiva será possível romper a armadilha da renda média e alcançar um patamar de desenvolvimento sustentável e inclusivo.**